

Varikas, Eléni. *A escória do mundo. Figuras do pária*.  
São Paulo: Unesp, 2014.

Daniela Mussi<sup>1</sup>

Em 2014, a historiadora grega Eléni Varikas teve o livro *A escória do mundo. Figuras do pária* traduzido e publicado no Brasil, com uma repercussão bastante localizada. O livro é resultado do desenvolvimento de uma pesquisa sobre o nascimento e a longevidade da metáfora do *pária* na cultura e pensamento político ocidental. Na cultura brasileira este termo não é muito usado: nos referimos a ele pejorativamente e vagamente para falar da inadequação social de determinado indivíduo ou grupo, ou usamos o termo para nos referir ao abandono ou a desagregação de um indivíduo ou grupo em relação a um conjunto homogêneo mais geral.

O trabalho de Varikas é interessante justamente por que reconstrói a origem da metáfora usada para pensar “a singularidade do indivíduo que não se encaixa na definição do grupo para o qual está designado por um processo de alteridade” (VARIKAS, 2011, p. 126). O pária não é aquele que se provém de qualquer grupo para definir a si mesmo, mas emerge daqueles grupos construídos e estigmatizados como “de menor valor” em cada contexto (ID., 2011, p. 127; 2014, p. 6). A figura pária se realiza, por exemplo, na senegalesa Philis Wheatley, poeta negra escravizada nos Estados Unidos do século XVIII e cujos versos se tornaram notórios apesar de sua condição (ID., 2014, p. 5-6). “Banida e rejeitada”, sua figura é ao mesmo tempo evocada “no momento em que o Ocidente proclama uma emancipação, ainda que esta não valha para todos” (IBID., p. 6). Pária é Mary Wollstonecraft, cuja obra lhe lega um “linchamento póstumo” pela imprensa antijacobina na Inglaterra, estigmatizada por seu feminismo que lançou as sementes para muito do que hoje se reivindica, de maneira mais ou menos aceita, como princípios de liberdade e independência das mulheres (IBID., p. 35). O pária é o “negro inferiorizado” descrito por Frantz Fanon, oprimido sob a imagem que “a sociedade branca”

---

<sup>1</sup> Pós-doutoranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo. Bolsista Capes.

lhe impõe (IBID., p. 43). Párias são também os vencidos da Comuna de Paris, os ciganos da Romênia n século XIX, os pigmeus, os “indígenas” “exibidos ao público civilizado das metrópoles”, os homossexuais, e a lista continua... (ID., 2014, p. 65).

Em sua reconstrução histórica, Varikas está particularmente preocupada com o fenômeno de “apagamento da memória” que acompanha os desenvolvimentos e descontinuidades da figura do pária ao longo do tempo. Este apagamento é, para a historiadora, uma característica importante do reforço das relações de desigualdades e exploração que edificam a existência de grupos sociais e indivíduos “párias”, ou seja, para a reprodução sempre renovada de novos párias. Justamente por isso o trabalho historiográfico do livro mostra em que medida a produção de párias assume na modernidade uma característica particular, que contraditoriamente projeta a imagem do pária para frente.

O uso moderno do termo pária possui uma origem colonial, no século XVI, como designação usada pelos ingleses para certos grupos sociais na Índia, o que faz com entre os indianos este adquira rapidamente caráter pejorativo, como insulto colonialista (IBID., p. 8-9). Em seguida, no processo de liberação nacional indiano, este é incorporado ao vocabulário estamental bramânico para designar os “intocáveis”, o *dalit*, o impuro. Em outras palavras, ele é absorvido da cultura colonialista inglesa e inserido na lógica de castas indiana como reforço da hegemonia bramânica sobre as castas inferiores. Este sentido “nacional” sobrepõe a imagem elaborada pelos ingleses do pária como “cão” e “delinquente” ao conteúdo político tradicional da exclusão e desigualdade social entre os indianos.

Mais tarde, mostra Varikas, o termo seria desvinculado da estrutura tradicional do sistema de castas e teria adquirido novas elaborações, “especificamente ocidentais e modernas”. Curiosamente, nota a historiadora, neste ciclo de atualização, o pária teria desenvolvido uma vida simbólica ambígua, mantendo sua face pejorativa mas agregando outra, do pária como uma forma de resistência. Esta segunda face teria inicialmente se desenvolvido a partir do surgimento de uma literatura romaneada sobre o “exotismo” dos nativos indianos, bem como sobre um crescente interesse popular sobre o sistema de castas (ID., 2011, p. 128).

Às vésperas da Revolução Francesa, por sua vez, o significado de pária se popularizou, na literatura e panfletos políticos, como a “fonte da verdade e da justiça” como imagem poética e romantizada que projeta a emancipação dos povos escravizados, colonizados ou marginalizados (ID., 2014, p. 12). Esta “inversão de valores” ou “bifurcação duradoura” (IBID., p. 15) marcou a imaginação política da época e estabeleceu uma “ambiguidade característica” à metáfora, do “subalterno como símbolo de marginalidade e, ao mesmo tempo, de imposição e reivindicação orgulhosa” (ID., 2011, p. 129). A “evolução divergente” dos usos do pária, “seu sentido e metáforização”, se relaciona às lógicas políticas “que triunfam” em atribuir a ele um significado dominante como resultado dos conflitos sociais e que, ao mesmo tempo, insinuam ambiguidades e sobreposições que são resíduos deste processo de hegemonia (ID., 2014, p. 16).

Esta figura marcou toda a cultura do século XIX como uma imagem “familiar” ao espaço público no qual o “público plebeu” foi rapidamente e contraditoriamente formado e inserido (ID., 2011, p. 129; ID., 2014, p. 28). É neste novo contexto que se forjou a ideia do pária como “alguém que provoca aversão sem ter feito nada de errado”, que em sua dimensão romântica assumiu o significado de “subjetividade sensível”, do indivíduo que “revela o mundo interior” do novo público emergente ao mesmo tempo em que o conecta com a “cultura e sociedade”. O pária passa a ser identificado com a figura da “vítima que é culpabilizada” diante dos tribunais, tal como a apresenta Flora Tristan (ID., 2014, p. 61).

Curiosamente, neste processo o pária é a figura que proporciona “uma linguagem para representação do outro”, do diverso e também do antagonico; “do eu”, do íntimo e também do “nós” (ID., 2011, p. 130; ID., 2014, p. 14). O pária é quem oferece este recurso linguístico identitário fundamental, afirma Varikas, justamente por ele fazer parte de um “grupo estigmatizado ou depreciado” inclusive entre os subalternos, um grupo por meio do qual a diferença universal encontra sua particularidade e, assim, pode ser experimentada e comunicada em outras dimensões, que também se descobrem irreduzíveis. Um bom do papel do pária para a construção das identidades coletivas nos séculos XVIII e XIX é descoberta da dimensão de classe, como mostra a pesquisa de E. P Thompson para o caso inglês.

A figura do pária se converte, portanto, em um recurso pelo qual os grupos subalternos expressam sua identidade e representam sua dignidade, partindo de diferenças singulares e históricas para o desenvolvimento de subjetividades especificamente modernas. Para ser mais preciso, “é quando conceito (de classe operária) não consegue abranger a toda a realidade” dos subalternos que esta imagem emerge (ID., 2014, p. 74). Além disso, esta figura passa a cumprir uma papel importante no prolongamento da reflexão crítica “sobre a lógica dos privilégios e das castas” em convivência com o princípio republicano do estabelecimento “uma lei geral para todos” (ID., 2011, p. 130). O pária segue como uma referência eficaz para problematização da igualdade prometida e não realizada pelo liberalismo e pelo republicanismo modernos.

Varikas mostra que o pária é o elo fraco e, ao mesmo tempo, o ponto nodal da “tensão sempre presente, entre o princípio universal e as práticas de diferenciação hierárquica” existentes, bem como do fato de que a estigmatização e a exclusão perduram, crescem e prosperaram na modernidade, “não apenas em regimes autoritários mas também, e principalmente, no coração dos sistemas políticos democráticos” (ID., 2011, p. 130; ID., 2014, p. 47). Neste novo contexto, o lugar resguardado às mulheres dentro dos vários sentidos assumidos pelo pária é central. Como mulheres “da casa”, “da rua”, “casadas”, “solteiras”, em todas as situações estigmatizantes converge o alijamento “da personalidade legal” das mulheres, o que explica porque o movimento feminista adquiriu ao longo do século XIX, ao lado da utopia socialista, uma identidade radicalmente marcada pela crítica social e pelo sentimento de rebelião contra as injustiças (ID., 2011, p. 131).

A principal contribuição da pesquisa Varikas está em promover o uso da noção de pária de forma crítica, propondo para tal a ideia da metáfora, que protege o termo contra os anacronismos e comparações mecânicas. Além disso, propõe para a construção desta metáfora uma articulação conceitual criativa, capaz de resguardar ao termo pária uma dimensão teórica. Ou seja, converte-lo em uma ferramenta para pensar a realidade e atuar sobre ela. O conceito de pária toma como ponto de partida sempre a particularidade de um grupo social específico, oprimido e “categorizado” socialmente, para colocar, em seguida, a pergunta: em que reside a “diferença” que legitima a dominação e exploração deste grupo?

Em sua elaboração, portanto, Varikas parte da diversidade e especificidade em que o pária é formado para chegar à ideia mais geral do “processo de estigmatização” que é comum em todas as situações em que o pária emerge. Em seu coração a “diferenciação hierárquica”, ou seja, está a ambiguidade que a ideia de diferença carrega na modernidade (ID., 2014, p. 70). Para seguir adiante no aprofundamento daquilo que emerge como “diferença” legitimada, é preciso considerar que diferentes relações sociais fazem parte de uma mesma “configuração política moderna”, na qual uma “lógica de legitimação” opera sobre todas as relações, uma

“configuração marcada por dois sistemas coexistentes de legitimação: junto ao sistema universal oficial, que é o fundamento dos direitos universais dos indivíduos para a unidade da humanidade, existe outro sistema tácito e informal de legitimação que é a base de direitos e obrigações específicos dos grupos humanos para a valorização hierárquica de diferenças reais ou supostas, ou seja, em uma área considerada pré-política” (IBID., p. 132).

O que o conceito de pária revela, aqui, é que o desenrolar das sociedades modernas engendra um mecanismo de legitimidade das hierarquias bastante eficiente e complexo, no qual a divisão dos grupos sociais subalternos entre os que participam da “unidade da humanidade” e os que são submetidos à lógica das diferenças reais, sutilmente ocultas pelo que se pressupõe como “pré-político”. Em muitos discursos libertários e mesmo radicais, este “pré-político” se repõe na forma do reconhecimento de um espaço de compartilhamento da precariedade ou como a proposição de um suposto “consenso” humanitário que informa e dá contorno à vida social. A afirmação deste universo simbólico é fundamental para a recondução das partes em seus devidos lugares na hierarquia social, sendo que a figura do pária se converte em uma espécie de índice de como esta dinâmica se realiza.

Relegada ao mundo da pré-política, condição do pária não é mais compartilhada como parte do combate às injustiças e, quando muito, é apresentada como a condição que não deveria existir, que precisa ser eliminada (ao menos de vista) para que a política prossiga onde deve e pode prosseguir. A estigmatização do pária, agora, adquire uma feição clandestina, para periodicamente irromper de maneira confusa e agressiva na arena política

moderna. Esta novíssima dinâmica de conformação do pária, não poderia ser diferente, encontra na vida e conflitos vivenciados pelas mulheres um lugar bastante fértil e instável. Uma consequência disso é que a ausência do reconhecimento do direitos “do pária”, combinada ao pressuposto moderno da igualdade, “faz pesar a suspeita” que sua “ condição desigual” poderia ser explicada “antropologicamente” (ID., 2014, p. 54).

Isto é o que Varikas chama por “antinomias do universalismo” a partir das reflexões de Hanna Arendt sobre o significado do genocídio nazista como “ruptura radical com as tradições políticas e éticas do Ocidente” e, ao mesmo tempo, “resultado possível da modernidade política (IBID., p. 95-96). A figura do pária, afirma Varikas, expressa de maneira secular as antinomias que estão no coração mesmo da modernidade, como bem observou Arendt ao elaborar a ideia da instauração da “igualdade na forma de privilégio” (IBID., p. 97; 102).

Esta elaboração mostra sua atualidade nos momentos em que, com grande dificuldade e expectativa, os grupos subalternos e estigmatizados lutam por seus direitos: mulheres, negros, homossexuais, etnias indígenas... Um atualidade que se radicaliza à medida que novos grupos “párias” se somam aos já reconhecidos, como o que acontece nos contextos de aguda crise econômica. Trabalhadores precarizados, desempregados, imigrantes das mais diversas origens periféricas. No contexto das relações internacionais grupos inteiros de nações se deslocam para os espectro de marginalidade e estigma, até que delas possa se extrair coercitivamente a certeza de que continuaram a colaborar com o “igualitarismo dos privilegiados”.

A leitura de Varikas, enfim, é uma poderosa ferramenta de compreensão do sutil e complexo mecanismo de engenharia da hegemonia sob a ótica da constituição do subalterno, mais precisamente da constituição de seu núcleo por meio da reprodução indefinida da figura do pária.

### Referência bibliográfica

VARIKAS, E. Los desechados del mundo. Imágenes del paria. *Andamios. Revista de Investigación Social*, v. 8, n. 16, pp. 123-136, mai-ago 2011.